

“Os Sertões”: a visão de Euclides da Cunha

Já na introdução do seu livro *Euclides da Cunha* deixa clara as idéias evolucionistas que lhe orientam a escrita. Referindo-se às sub-raças encontradas no sertão do Brasil, sentencia: “Retardários hoje, amanhã se extinguirão de todo”.

Engenheiro militar de formação, e, Roberto Ventura (2003) em seu livro “*Euclides da Cunha – Esboço biográfico*”,¹ aborda em diversos momentos fatos que demonstram uma instabilidade emocional do escritor. Ventura (2003), refere-se a um jovem Euclides, que fora afastado da Escola Militar por ter tentado quebrar um sabre aos pés do ministro, em um ato visível de insubordinação. Euclides da Cunha, então com 22 anos de idade saiu de forma durante a revista, atirando ao chão o sabre-baioneta, após tentar sem sucesso partí-lo sobre a perna. Foi internado por dois meses em um hospital e diagnosticado como um quadro de “insanidade mental”. Livre da internação hospitalar não deixou de mostrar seu desconforto pela carreira militar (Ventura, 2003).

Foi no positivismo a influência primeira do pensamento de Euclides da Cunha. Nesse sentido, não seria mero acaso “*Os Sertões*” (Cunha, 1984) principiar com duas seções intituladas “*A terra*” e “*O homem*”. Mais do que apenas registrar a Guerra de Canudos, sua tarefa original de jornalista, o autor propõe realizar um estudo de toda a realidade física e geográfica que a abarcava. Assim, Euclides da Cunha empreende uma exaustiva descrição geológica, geográfica e climática do sertão, seguida por uma descrição antropológica do sertanejo no capítulo “*o homem*”, na qual examina aspectos diversos da vida deste, como trabalho, religião e costumes.

O arcabouço teórico empregado por Euclides da Cunha mistura as teorias raciais surgidas na Europa na metade do século XIX: o espírito científico da época que unia ao positivismo de Comte o evolucionismo de Darwin e de Spencer. Esta ciência desafiava os princípios estabelecidos pela religião, e, ao mesmo tempo, induzia a uma visão pessimista da espécie humana, uma visão em que conceitos como “tara hereditária” e “degenerescência” figuravam com destaque. Seus

¹ Livro de publicação póstuma e não finalizado devido a morte do autor em 2002.

mestres europeus e brasileiros (como o médico e antropólogo Nina Rodrigues) consideravam o branco europeu organicamente superior a todos os povos colonizados. É a partir destas lentes que o autor constrói sua visão de Brasil e, sobretudo, do povo brasileiro. E, alarmado com o avanço da cultura estrangeira, lançou seu brado de alerta:

“Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos” (Cunha, 1984, p. 52).

Tal concepção linear da história situa todas as nações numa escala evolutiva que tem a Europa por referência, e “não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos” (Cunha, 1984, p.138). Assim, é que a civilização, antes de mais nada, significava uma ordem social construída por e para homens brancos, a raça superior. Para Euclides da Cunha, os mestiços seriam portadores de uma constituição mórbida, paranóica e seus seguidores não eram de estirpe melhor: “gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, uns vencidos” (Cunha, 1984, p.110).

Assim, na visão euclidiana a mestiçagem enfraquecia o indivíduo e implicava uma perda de identidade. Via o mestiço do litoral como degenerado e o sertanejo, retrógrado. No caso do sertão, porém, considerou que só esse mestiço se adaptaria à região. O autor lança mão desse determinismo geográfico para fazer entender o sertanejo e a guerra de Canudos, acontecimento importantíssimo ocorrido no final do século XIX no Brasil. É importante, aqui, a noção de insulamento e do isolamento: a Serra do Mar para o colonizador ao Sul, assim como a caatinga para o sertanejo ao Norte, seriam como que “isoladores étnicos e históricos” (Cunha, 1984, p.91). A diferença é que a última implicou na estagnação de uma população no sertão e a primeira, no dinamismo das Bandeiras.

3.1.

A biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel

O personagem de “*Os Sertões*” (1984), Antônio Vicente Mendes Maciel, nasceu a 13 de março de 1830 em uma pequena cidade do sertão Pernambucano

chamada de Vila de Santo Antonio de Quixeramobim. No seu batistério consta que era pardo e bastardo. A certidão de batismo indica que:

“Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta batizei e pus os Santos Óleos nessa matriz de Quixeramobim ao párvulo Antônio pardo de nascido aos treze de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina”². Assino, o Vigário “Domingos Álvaro Vieira” (Livro de Assentamentos de batizados da Paróquia de Quixeramobim, Livro 11, fl.221 v.).

O pai de Antônio Vicente Mendes Maciel chamava-se Vicente Mendes Maciel, e conforme Euclides da Cunha, era “Homem irascível, mas de excelente caráter, meio visionário e desconfiado, mas de tanta capacidade que sendo analfabeto negociava largamente em fazendas, trazendo tudo perfeitamente contado e medido na memória, sem mesmo ter escrita para os devedores” (Cunha, 1984, p.108).

O historiador Oliveira Lessa Litrentos (1998) fala de Vicente Mendes Maciel como sendo um homem autoritário, um ex-boiadeiro que enriquecera, porém dado a rompantes de violência e a recorrentes crises de alcoolismo vivia então como comerciante de médio porte e construtor de casas na vila natal onde morava (Litrentos, 1998, p.86).

Os relatos existentes na fausta literatura descrevem seu filho, Antônio Vicente Mendes Maciel, como um menino tímido e estudioso e de aparência fraca e pálida. A mãe morreu muito cedo e o pai casou-se em segundas núpcias com Francisca Maria da Conceição mentalmente desequilibrada e que “veio infernalizar a infância, marcando de maus-tratos aqueles primeiros anos de existência do menino” (Macedo, 1969). Prossegue o poeta e jornalista cearense, Nertan Macedo:

“Ao tempo em que conheci esse menino, o pai, já alguns anos havia casado pela segunda vez e todos o tinham como uma vítima da madrasta, mulher de gênio mau, que não lhe poupava maus-tratos” (Macedo, 1969, p.121).

A madrasta veio a falecer em 1856 um ano após a morte do pai. Um dos relatos mais conhecidos de sua infância é feito por João Brígido dos Santos, ao afirmar que “O jovem Antônio já sofria de desarranjos mentais, que se agravaram

² Documento encontrado pelo pesquisador cearense Ismael Pordeus e publicado em *O Nordeste* em 06/07/1949 (Fonte de pesquisa: biblioteca PUC-Rio).

na idade senil, por tantos infortúnios” (Brígido, 1999, p.22). Na visão mais formalista de Euclides da Cunha, entretanto, sua existência teria sido aparentemente “corretíssima e calma”, e que, “Sob a disciplina rígida de um pai de honradez proverbial e ríspido, nunca se insurgiu, pois era um homem religioso, de decência inigualável” (Cunha, 1984, p.99).

Sua escolaridade incluía as letras, a matemática e também o latim, mostrando que ao exercer determinadas atividades tratava-se de um homem que tinha instrução. A intenção do pai era que ele optasse pelo sacerdócio, pois numa região totalmente desprovida de recursos, a carreira eclesiástica era uma maneira de tornar-se letrado o que lhe traria prestígio numa sociedade de iletrados. A educação religiosa levou Antônio Vicente Mendes Maciel a ler livros religiosos que circulavam no sertão, como “Os Doze Pares de França”³, um livro que na opinião de alguns estudiosos, foi essencial na formação de um imaginário coletivo no interior do Brasil.

“Não havia sido menino pobre e nem sem instrução. Vicente Mendes Maciel, seu pai, negociante cearense, era proprietário de uma loja de comércio, tendo sido construtor de casas na vila natal onde morava. Eis a razão por que o filho era instruído, acendendo no pai o desejo de vê-lo sacerdote da Igreja Católica. Possivelmente, o motivo por que se tornou aluno de latim do mais conceituado e conhecido mestre da cidadezinha onde morava” (Litrentos, 1998, p. 89).

Conforme descreve Euclides da Cunha, quando Antônio Vicente Mendes Maciel era ainda um adolescente, “um adolescente tímido sem o entusiasmo feliz dos que seguem as primeiras escalas da vida”, entregou-se “aos misteres de caixeiro consciencioso, deixando passar e desaparecer vazia a quadra triunfal dos vinte anos”. Enquanto jovem adulto revelou “abnegação rara para casar as três irmãs”. Somente depois de as ter casado, procurou, por sua vez “um enlace que

³ A História de Carlos Magno e *os Doze Pares de França* foi, até poucos anos, o livro mais conhecido do povo brasileiro do interior. De escassa popularidade nos grandes centros urbanos, mantinha seu domínio nas fazendas de gado, engenhos de açúcar, residências de praia, sendo, às vezes, o único exemplar impresso existente em casa. Os “Doze Pares de França” constitui-se na tropa de elite do imperador Carlos Magno da França e era formada por 12 cavaleiros leais a ele. A expressão “Doze Pares” se dá, pelo fato dos doze cavaleiros terem extrema semelhança entre si no que diz respeito à força, habilidade com armas e lealdade ao seu senhor, daí o termo “par”. “Os Doze Pares de França” eram guerreiros valorosos e foram igualmente cognominados Pares de São Sebastião ou Apóstolos de São Sebastião. Sobre a carismática figura de São Sebastião, santo padroeiro do sertão, repousava a certeza de que ele surgiria à frente de seu maravilhoso Exército Encantado, do qual faziam parte não apenas anjos, mas todos aqueles que haviam tombado em combates, a fim de socorrer os rebeldes no momento necessário. Raríssima no sertão seria a casa sem a História de Carlos Magno, nas velhas edições portuguesas. “Nenhum sertanejo ignorava a façanha dos Pares ou a importância do imperador de barba florida” (Cascudo, 1953, p.98).

lhe foi nefasto”, Data daí a sua existência dramática: “A mulher foi a sobrecarga adicionada à tremenda “tara hereditária” que desequilibraria uma vida iniciado sob os melhores auspícios” (Cunha, 1984, p.108).

A busca da gênese do personagem Antônio Vicente Mendes Maciel passa necessariamente pelo exame da origem social de sua família. Como muitas outras famílias, a de Maciel vivia em uma sociedade cuja esfera pública se entrelaçava com a esfera privada. Além disso, a estrutura familiar era também um recurso fundamental de prestígio, proteção e subsistência econômica. As necessidades materiais, fruto destes laços de interdependência, são permeadas por formas de *status*, determinados por lealdade absoluta e intransferível que pode redundar em violência. A fidelidade à “casa” pode ser demonstrada de várias formas: uma delas, a encontrada na obrigação de retribuir a violência, quando ocorrem por ofensas pessoais aos membros do grupo. Tais obrigações podem ser a origem de ciclos marcados por grandes massacres.

Se não fosse pelo seu filho, a história de Vicente Mendes Maciel seria apenas mais uma entre as diversas histórias de lutas de clãs familiares que sangraram o Brasil desde o início de sua história. A família Maciel faz parte dessa realidade:

“Os Maciéis, que formavam, nos sertões entre Quixeramobim e Tamboril, uma família numerosa de homens validos, ágeis e inteligentes e bravos vivendo de vaqueirice e pequena criação, viveram pela lei fatal dos tempos, a fazer parte dos grandes fatos criminais do Ceará, em uma guerra de famílias. Seus êmulos eram os Araújo, que formavam uma família rica, filiada a outras mais antigas do norte da província. Viviam na mesma região, tendo como sede principal a povoação de Boa Viagem” (Cunha, 1984, p. 104).

Não escapando dessa lógica de conflito, a família Maciel tinha como inimigo os Araújo que, devido ao seu poder, não “*permitted* que outros lhes *avantajassem*” (Montenegro, 1954, p.111). Apesar dos Maciéis não serem tão poderosos quanto os Araújo, eles mantinham seu orgulho clânico e não aceitavam o domínio de outros. O historiador baiano Manuel Benício (1997) observa que a riqueza monetária e material não é o grande gerador de *status* no universo social do sertanejo nordestino. Afirma ele: “O sertanejo só admira e quer bem ao que é forte, ao que assusta. A riqueza não o é para ele o predicado para ser respeitado, o *talento*, na significação em que empregam esta palavra (força física),

e a valentia são qualidades mais admiráveis” (Benício, 1997, p.43).

Vítimas de uma “acusação descabida” de roubos perpetrados pelos Maciéis em propriedades da família Araújo, os primeiros passam a ser perseguidos pelos últimos. A família Araújo via o seu poder lesado uma vez que os Maciéis “*lhes balançavam a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes*” (Cunha, 1984, p.105).

Euclides da Cunha esboça uma análise política da contenda, afirmando que a luta entre essas famílias foi uma das mais sangrentas dos sertões do Ceará. São dele, as apreciações que os Araújo eram “criadores opulentos, senhores de baração e cutelo, vezados a fazer justiça por si mesmos, concertaram em dar exemplar castigo aos delinquentes” indo ao encontro dos Maciéis em expedição criminosa. Mas voltaram derrotados. A família Maciel havia reunido todos os parentes, “rapazes desempenados e têmeiros” para o confronto que lhes rogara êxito na luta. O episódio foi assim descrito por Euclides da Cunha:

“Foi das lutas mais sangrentas dos sertões do Ceará a que se travou entre estes dois grupos de homens desiguais na fortuna e posição oficial, ambos embravecidos na prática das violências, e numerosas” (Cunha, 1984, p. 104).

Inconformados com a derrota frente aos Maciéis, os Araújo, em uma segunda empreitada, agora em maior número e cercados pela “matula turbulenta” de parentes, partiram para um novo confronto e embora em maior número temeram uma nova resistência dos Maciéis e propuseram, então, que esses se entregassem, garantindo-lhes, “sob palavra”, a vida. Os Maciéis aceitaram renderem-se, porém, a “palavra” não foi cumprida: na estrada até a cadeia de Sobral foram presos e trucidados logo no primeiro dia de viagem. Morreram, entre outros, o chefe da família, Antônio Mendes Maciel e um avô do então menino de três anos de idade, Antônio Vicente Mendes Maciel (Cunha, 1984, p.105). Mas, os Araújo deixaram escapar um dos mais perigosos membros da família Maciel, um tio deste, chamado Miguel Carlos que foi seguido na fuga por uma de suas irmãs, Helena Maciel, a “Nêmesis⁴ da família”. Miguel Carlos, porém, foi assassinado logo em seguida pelo chefe do bando dos Araújo, Manuel de Araújo.

⁴ Nêmesis, conforme Mario da Gama Kury (1999) era, na mitologia grega, a personificação da justiça divina, castigando inexoravelmente a presunção humana em suas demonstrações de demasia e arrogância. É significativo o seu epíteto “Adrastéia” que quer dizer “Inevitável”.

Conforme Euclides da Cunha (1984), Helena Maciel, “saiu correndo em fúria ao lugar do conflito, pisou a pés a cara do matador de seu irmão, dizendo-se satisfeita da perda dele pelo fim que dera ao seu inimigo!” (Cunha, 1984, p.107). Passado algum tempo dessa “luta sertaneja” um dos Araújo contratou casamento com a filha de um rico criador da região e, “no dia das núpcias, já perto da igreja, tombou varado por uma bala, entre o alarma dos convivas e o desespero da noiva desditosa:”

“Velava, inextinguivelmente, a vingança do sertanejo...” (Cunha, 1984, p.106).

Esse ciclo de vendetta entre as famílias foi obviamente relevante no comportamento de Antônio Vicente Mendes Maciel. Tanto a família Maciel quanto seus descendentes, estavam enquadrados em uma ordem social cujo código de conflito era o da vingança. Seja porque, como diz Roberto DaMatta (1987) analisando a vingança como instituição social, num primeiro momento, estava “totalmente submersa na estrutura de exploração do mundo rural nordestino” seja porque, essas famílias se mantinham num fechado circuito de “reciprocidade que é a linha mestra deste tecido social”, buscando sempre aquela “contraprestação moral” em que consiste a vingança realizada” (DaMatta, 1987, p.324).

Desta forma, como sugeriu Roberto DaMatta (1987), pode-se vislumbrar nessas “lutas de famílias” uma reciprocidade maussiana, fundada na lógica no “*dar-receber-retribuir*” tal como foi demonstrado por Marcel Mauss no seu clássico “Ensaio sobre a dádiva”. Um dos pontos centrais abordados na teoria de Mauss (1964) diz respeito a tensão entre a obrigatoriedade e espontaneidade no universo das trocas.

As motivações que fazem dos atos de vingança uma obrigação inevitável, conferindo-lhes um valor positivo e aceito com naturalidade em um determinado meio, constitui especialmente, um *ethos* que estrutura a convivência dos indivíduos neste meio. A honra no sertão geralmente é lavada com sangue, atitude esta justificada mediante o respeito que parte da força, da palavra e da tradição. A essas alturas, é importante notar que Euclides da Cunha toma a vingança não como uma instituição social, mas dentro de uma perspectiva reducionista e darwiniana, ele a interpreta como um fenômeno de caráter natural, fisiológico e

hereditário:

“Lutas de famílias – é uma variante apenas de tantas outras, que ali nos sertões surgem intermináveis, comprometendo as próprias descendências que esposam as desavenças dos avós, criando uma quase predisposição fisiológica e tornando hereditária os rancores e as vinganças” (Cunha, 1984, p.104).

Com efeito, as contendas no sertão nordestino alimentam atitudes de vingança por um crime de sangue parental derramado. Frente a este comportamento, o direito, sendo encarnado em elos sociais, está sempre do lado que sofre a ofensa e, com isso, o ciclo recomeça.

“A vingança, apresentando a pessoa na frente do indivíduo, ou melhor, encapsulando o desejo individual na vontade coletiva e legitimando-a através do plano moral, permite o confronto, circunscreve pessoalmente a violência, dá margem ao alívio localizado nas tensões, mantendo – e esse é o ponto central – o sistema de posições sociais”. (DaMatta, 1987, p.332).

Na instalação do dever da vingança observa-se a forte tradição beligerante e familiar, a incontestável hegemonia dos laços de sangue, assim como a dificuldade e a fragilidade do estabelecimento de forças estatais, de viés mais igualitário, cívico e redistributivo, de controle e repressão. Dentro destas condições, uma mera ofensa pessoal, um mal-entendido, ou, no caso aqui estudado, “pretensos roubos cometidos pelos Maciéis em propriedades dos Araújo” funcionam como estopins que desencadeiam nos “clãs” envolvidos uma verdadeira guerra privada (Cunha, 1984, p.102).

Walnice Nogueira Galvão (1974) ao analisar a condição jagunça do sertão brasileiro afirma que, “destituído de formas organizatórias e institucionais e que regulamentem suas relações com os demais homens, os conflitos, por mínimos que sejam, só podem ser resolvidos mediante a violência. O exercício privado e organizado da violência é, ao longo da história brasileira, uma instituição e não uma exceção” (Galvão, 1974, p.17).

A forma de lidar com as demandas e as repressões do sistema consiste em adotar formas de rejeitar a ordem social. Isso acontece quando o indivíduo realiza atos de tal ordem negativos que se vê obrigado a abandonar a sociedade, vivendo à margem desta. Tal reação se concretiza de dois modos: um deles, feito com o auxílio da violência, típica dos jagunços e dos valentes como modo de ser. A

outra, compreende que a rejeição pode ser colocada em prática através do caminho da renúncia. Porque a renúncia é, de fato, um modo total de rejeição. O renunciador é aquele que decide não mais voltar à ordem social original.

Desse modo, duas formas de vingança são encontradas: uma mais próxima do *ethos* sertanejo e, uma outra em que o indivíduo renúncia ao sistema como uma saída pessoal, intransferível e subjetiva. Essa saída do sistema pode configurar-se pela existência de uma situação grave. Pode ser representada por uma doença incurável, uma perda material ou física ou uma traição. O renunciador encontra-se, assim, relativamente livre das regras prescritivas que caracterizam um grupo social e sua estratégia é partir para um mundo à parte onde seu modo de vida é que deverá ser obedecido. Mas além desse ciclo de violência e vingança, a vida adulta de Antônio Vicente Mendes Maciel é marcada por outra grande transformação. É que, com a morte do pai, ele é obrigado a assumir as atividades comerciais. E, assumindo-as, ser forçado a se defrontar com um primeiro fracasso. Como afirma o sociólogo e historiador cearense Abelardo Montenegro (1954), “Antônio não tinha vocação para o comércio – os negócios não aumentavam e as dívidas cresciam tendo de dar em hipoteca a casa onde morava” (Montenegro, 1954, p. 116). Em poucos anos vive em diversas vilas e povoados e adota diversas profissões. Seria possível equacionar esse período, ao momento liminar dos ritos de passagem, quando Antônio Vicente Mendes Maciel, como que vagueia no mundo profissional, assumindo os mais diversos papéis profissionais, antes de ter assumido o seu papel final de renunciante. No ano de 1857, agora com vinte e sete anos de idade, Antônio Vicente Mendes Maciel contraiu matrimônio com uma prima chamada Brasilina Laurentina de Lima, esta, então com 17 anos e que lhe deu dois filhos. Conforme Montenegro (1954), o casamento foi instável e esta instabilidade deveu-se ao fato de que a mulher era analfabeta e sem caráter:

“Brasilina, analfabeta e possuidora de qualidades negativas de inteligência e caráter” (Montenegro, 1954, p.116).

Dois anos depois de terem se casado, mudam-se para a cidade de Ipu e Antônio Vicente Mendes Maciel passa a trabalhar como requerente no fórum da cidade. Nota-se já em tudo isto um crescendo para profissões menos trabalhosas, exigindo cada vez menos a constância do esforço, “o contínuo despear-se da

disciplina primitiva e a tendência acentuada para a atividade mais irrequieta” (Cunha, 1984, p.108). Um exemplo característico, portanto, de uma mão-de-obra instável, rotativa, flutuante, tendente à desclassificação profissional e em estado de trânsito permanente. Parece se tratar de um elemento constituinte de sua lógica e de sua figura a falta de vontade de se estabelecer, de se fixar, de criar raízes e, principalmente, de ascender na hierarquia social.

Para João Brígido (1999), o “narrador consciencioso” como o denominou Euclides da Cunha (Cunha, 1984, p.110), este era de opinião que fora nesta cidadezinha chamada Ipu que Antônio Vicente Mendes Maciel perdeu de vez a razão, devido a um sargento do exército ter fugido com sua mulher Brasilina Laurentina:

“No Ipu, coube-lhe o opróbrio, que lhe transtornou a razão. O sargento João da Matta, comandante de um destacamento de dez praças de 1a. linha lhe raptou a mulher, a qual acabou esmolando em Sobral” (Brígido, 1999, p.67).

Conforme observa Macedo (1969), Brasilina era realmente uma esposa adúltera: descreve o autor:

“Brasilina, a prazenteira, ignora completamente o que se passa na alma daquele marido inquito e torturado de melancolia. Está amando às escondidas, um furriel. Deita-se com seu sargento em horas quentes de amor, aproveitando a ausência de Antônio Vicente. É cálida e impetuosa. Pouco se lhe dá que o aventureiro se torne corno. E continua amorosa, tenra, nos braços do furriel de Ipu, enquanto os filhos choromingam e se enlameiam pelos cantos do quintal” (Macedo, 1969, p.121).

A investigação feita até aqui acerca da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel remete a um conteúdo histórico, porém, deixando clara a idéia que existem duas biografias do personagem euclidiano, ambas consideradas como “reais”. A primeira delas, esta que foi explorada neste capítulo e que está presente no *corpus* estudado, e uma outra, cuja centralidade constitui-se no que Euclides da Cunha denominou de a “Lenda Arrepiadora” (Cunha, 1984, p.111).